

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS NA MORFOLOGIA URBANA DAS CIDADES BRASILEIRAS.

Altemar Amaral Rocha

Professor da Universidade do Estado da Bahia-UNEB
Pesquisador da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
altemarrocha@gmail.com

Resumo

Na maioria das cidades brasileiras, observa-se uma tendência de produção e reprodução do espaço urbano repletos de diferenças étnicas, sociais e econômicas, formando unidades de vizinhança que agrupam domicílios com características particulares, conforme a organização social do território de cada cidade. A intensidade desse processo de diferenciação intra-urbana é distinta entre as metrópoles brasileiras, disseminando-se entre as cidades médias em menor escala; a razão disso advém de suas trajetórias produtivas, políticas e da singularidade da produção espacial de cada cidade. Em particular, o peso das classes sociais menos favorecidas na estrutura social urbana tem grande importância na concentração espacial da pobreza e em certa medida, na segregação residencial dos moradores em cada bairro da cidade. O objetivo dessa pesquisa é justamente demonstrar como essas desigualdades territoriais são materializadas, seguido de uma base teórica que fundamenta toda discussão acerca da segregação e da produção espacial das cidades. Discute diferentes conceitos de espaço, tempo, lugar, território e paisagem como categorias básicas para a interpretação do processo de produção do espaço e da morfologia urbana. Traduz toda essa abordagem teórica numa leitura de lugar voltado para explicações lógicas de toda a formação e produção do espaço numa escala local tendo em vistas as transformações globais do processo produtivo. A metodologia da pesquisa articula teoria materialista com o levantamento de informações sobre a territorialidade e mapeamento das desigualdades sociais no espaço urbano. A realidade das médias e grandes cidades brasileiras, sobretudo as áreas metropolitanas do país, é repleta de desigualdades e pode ser facilmente confirmada pela análise dos dados referentes ao aumento das favelas por exemplo em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, aliadas ao rápido aumento das desigualdades em cidades médias com a acelerada expansão urbana destas cidades.

Palavras Chave: Territorialidade, segregação residencial, desigualdade social, espaço urbano.

INTRODUÇÃO

Na tentativa de construir um marco teórico, a partir dos quais serão analisadas a territorialidade, a urbanização, as cidades e a produção do espaço urbano, que foi elaborada uma discussão sobre esses conceitos, sobre a qual não se tem pretensão de que seja exaustiva nem completa, mas que fundamente o desenvolvimento subsequente do pensamento.

São discutidos nesta análise os processos espaciais de segregação, o território e a territorialidade, envolvendo, toda a lógica de produção do espaço urbano. A definição da problemática espacial nos remete ao sentido lato da urbanização enquanto processo. No período atual, há uma preocupação em se relacionar território e territorialidade, e suas vertentes do desenvolvimento e desigualdades com um enfoque maior para estudos urbanos. Por outro lado, não há como compreender se o vetor que comandam a urbanização e as formas como ela se materializa nas cidades, sem levar em consideração o conceito de produção do espaço, em seu sentido mais amplo.

A TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Cotidianamente, confunde-se território e espaço, território e territorialidade. Na geografia, essa questão também ainda não está totalmente clara. Para Milton Santos (2001), o território é a uma extensão apropriada e usada, já a territorialidade seria o ato de pertencer àquilo que nos pertence, ou seja, uma preocupação com o destino dentro da própria área de vivência e reprodução.

O espaço para Santos (2008) seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam com estes objetos. Neste contexto, o espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, entrelaçado pelas “forças produtivas e pelos meios de produção” HARVEY (2005). Nessa relação espaço e sociedade, surge à produção de uma organização espacial que é moldada pelas ações do modo de produção capitalista.

Assim, as relações espaciais, se expressam pela territorialidade. Tal territorialidade apresenta dimensões sociais primordiais, que são materializadas pelos elementos espaciais essenciais ao processo de produção do espaço geográfico e, por

consequente do espaço urbano, pois o “espaço geográfico é sempre o domínio do concreto e do específico” (HARVEY 2005 P. 145.).

Todavia, as dimensões sociais do território, materializam a sua territorialidade pelo viés político, econômico e cultural. No Brasil, essa condição de territorialidade tem seus primórdios com a inserção do País no modo de produção capitalista, marcada pelo nascimento de uma dinâmica de reprodução e ampliação do capital, essa inserção, condicionou uma divisão interna do trabalho pela diversificação da produção agrícola, pela expansão indústria manufatureira e fabril, aliada a uma economia mercantil, consolidando uma acumulação primitiva do capital.

Neste contexto As desigualdades sociais já se acentuam no País, pois com o fim da escravatura no final do século XIX e com a inserção do Brasil no modo de produção capitalista, o processo de urbanização ganha força, no primeiro momento, absorvendo boa parte dos negros recém libertos; essa condição pode ser explicada com o surgimento das primeiras favelas do Território brasileiro no Rio de Janeiro com as favelas do Morro da Providencia e Santo Antônio, em Santos-SP, Salvador e Recife com as autoconstruções subnormais, e no Belenzinho - São Paulo com os aglomerados de escravos nos finais do século XIX. Num segundo momento como absorção de mão de obra fabril, sobretudo de imigrantes europeus e japoneses no início do Século XX, expandindo sobremaneira o espaço urbano da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os elementos espaciais da territorialidade urbana materializam-se num primeiro momento, de forma horizontal com um maior dimensionamento das áreas na superfície do solo urbano, BAUDRILARD (1993), e em um segundo momento, com a verticalização e hierarquização dos fluxos GUATTARI (1985) e SANTOS (2008).

A territorialização das formas urbanas, ganha dimensões correlatas pela “disseminação de paisagens cada vez mais semelhantes nas áreas de moradias populares segregadas pela dimensão da forma”, LOJKINE (1997), singularizada pelo aspecto de cada lugar e materializada no contexto da produção do espaço urbano. “O espaço nessa lógica é a diferenciação dessas formas” LEFEBVRE (1995).

A territorialidade nos dizeres de Haesbaert (1995) configura-se por tendências gerais de diferencialidade das formas espaciais ao passo que se desterritorializa pela mobilidade das forças produtivas e pela perda de identidade na medida em que mundializa-se as relações sociais e econômicas de cada lugar GIDDENS (1991).

Na produção do espaço urbano, e reprodução espacial, reflete dilemas territoriais tais como a segregação sócio-espacial, com isso, a instabilidade das instituições sociais. Para Carlos o processo de reprodução do espaço nas cidades:

Apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos; isso porque a busca do incessantemente novo, como imagem do progresso e do moderno, transforma a cidade num instantâneo, que novas formas urbanas se constroem, sobre outras, com profundas transformações na morfologia, revelando uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as praticas urbanas são invalidas/paralisadas ou mesmo cooptadas por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da cidade, se esfumam no processo de construção de novas formas urbanas. (CARLOS 2004, p. 9)

O processo de transformação do espaço urbano gera conflitos pautados na desigualdade social na medida em que nem todos os ocupantes da cidade são reconhecidos como atores da produção e reprodução espacial, pois sempre que ocorre algum ordenamento territorial, os habitantes são considerados como usuários dos serviços e equipamentos urbanos, mas nunca é concebida a sua cidadania pela participação enquanto ator do processo.

Nesse contexto a cidadania é formalizada pelo ato do consumo do espaço e pelo uso do solo e equipamentos públicos enquanto habitante do lugar, Harvey (2009), afirma que o direito a cidade deve ser um direito em que satisfaça as necessidades humanas e não apenas as necessidades do consumo, pois na medida em que aumenta o consumo no espaço urbano a cidade passa a ser cada vez mais cara em todos os aspectos, circulação, moradia, etc., distanciando a população de baixa renda do processo produtivo. No caso do Brasil, essa condição social leva ao surgimento das favelas e guetos urbanizados, mas não incorporados ao espaço urbano formal.

Na produção de espaço, a territorialidade se expressa geralmente pela base jurídica e formal que define as regras e normas aplicáveis ao território como um todo. Para Capel (2002), a produção do espaço urbano é o resultado das práticas dos agentes que atuam dentro da base do modo de produção capitalista utilizando os mecanismos legais a sua disposição ou realizando suas praticas de ocupação e uso à margem da lei e posteriormente legaliza suas ações do mesmo modo ocorrem às invasões de áreas

urbanas pelos chamados sem teto, ou sem moradia que erguem na sombra das edificações já legalizadas, os barracos que posteriormente, transformam-se nas chamadas favelas por sua vez atuam à margem da lei e dificilmente tem os seus direitos atendidos pela base legal que fornece a chamada identidade territorial formal no espaço urbano para o autor:

En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general, no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción; y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano – agentes en cuanto que realizan operaciones concretas que contribuyen a modelar la ciudad, y árbitros en cuanto que intervienen en los conflictos surgidos entre los otros agentes contribuyendo a superar sus contradicciones. (Capel, 1983 apud CRUZ 2009).

Desse modo, há que observar que a produção do espaço urbano não só materializa as desigualdades sociais, como também as reproduz (MARICATO, 2002). No Brasil, a questão da habitação emerge na pauta das discussões e nas lutas de classe, sobretudo a dos trabalhadores urbanos que buscam uma moradia e acabam por ocupar áreas tais como fundo de pântanos, planícies de inundação, margens de rios e córregos, encostas dos morros entre outros. Mas tudo isso é apenas uma das facetas da segregação urbana, pois o padrão de moradia, (sobretudo as moradias das áreas de ocupação) reflete um processo de segregação e discriminação no espaço urbano advindo de fatores econômicos sociais e culturais, tais como a renda familiar, as políticas educacionais, as políticas habitacionais a especulação imobiliária entre outros.

SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS NA MORFOLOGIA DAS CIDADES

O estudo sobre a estrutura urbana e suas formas ainda carece de uma consistência maior já que na maioria das vezes, estuda-se a hierarquia, as redes, os aspectos econômicos, mas o estudo da forma urbana e suas desigualdades socioespaciais, estão ao meu ver mais concentrados em alguns institutos de pesquisa e

não conseguem alcançar uma grande parcela de pesquisadores e interessados no estudo dessa questão.

Do ponto de vista da estrutura, a segregação espacial é a mais evidente no processo de urbanização, sobretudo no Brasil, constata-se que o ato de morar na cidade, revela o modo como o processo de segregação é materializado no espaço urbano, impondo uma condição em que a morfologia sócioespacial passa a ser cada vez mais segmentada. Para Carlos:

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada da do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que esta na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS 2004, p. 141).

Já Lojkin (1997), aponta que a segregação sócioespacial, se manifesta de forma mais visível quando a renda fundiária urbana afasta uma grande parcela da sociedade do “direito à cidade” isto é em obter moradia, já que o preço do solo urbano faz com determinados lugares do espaço urbano, passe a ter uma valoração acima do que normalmente as pessoas de baixa renda estão habilitadas a pagar.

Para Soja (1993). O Estado é o responsável por essa valoração especulativa na medida em legitima a ação do setor imobiliário, atribuindo por meio de legislação regulatória, uma série de medidas como os planos de revalorização das áreas urbanas degradadas, e de regulamentação do uso do solo e dos espaços públicos, tudo isso, amplia a mais valia dos capitais imobiliários dessas áreas e, por conseguinte, o capital como um todo.

Essa percepção nos leva a acreditar que o processo de urbanização, cria uma matriz espacial multiestratificada SOJA (1993). Tal matriz é composta por relações espaciais nodais, relações de poder, relações de dominação e subordinação. Essas relações transformam o território, numa configuração de novas territorialidades, consolidando uma dinâmica espacial cada vez mais estratificada, na medida em que uma grande parcela da sociedade não tem acesso aos mínimos requisitos sociais da vida contemporânea.

Botelho (2007), afirma que a urbanização acompanha a lógica de acumulação do capital por meio da reprodução dos mecanismos de estruturação da produção industrial. Já Lefebvre (2006), entende que a sociedade industrial transformou-se em urbana na medida em que o urbano passou a ser o indutor das relações de produção e de sua própria reprodução. Essa reprodução é marcada pela desigualdade das relações estabelecidas no direito à cidade, ou seja, no direito a vida urbana com as condições de moradia, condições de transporte, condições de uso dos equipamentos públicos entre outros.

O fato possuir nas cidades, sobretudo nas grandes cidades zonas específicas para cada função, nos leva a acreditar que existe uma segregação pela implementação dessas estruturas urbanas. Lojkin (1997) aponta algumas formas de segregação neste contexto; entre elas o autor destaca a oposição entre o centro e a periferia, a separação de zonas de moradia classe alta e classe popular, a segregação pelo uso dos transportes coletivos e demais bens públicos como creche, escolas etc.

A LÓGICA DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL NO ESPAÇO URBANO DAS CIDADES BRASILEIRAS

No Brasil, o processo de urbanização segue a lógica do capitalismo mundial, com a consolidação da espacialidade urbana, chegando a um percentual de 84,35% das pessoas morando em cidades (IBGE, 2010). De acordo com o censo de 2010, 54,73% da população brasileira reside em cidades acima de 100 mil habitantes. Isso não quer dizer que o direito a cidade já é uma realidade para todos os habitantes.

A realidade das médias e grandes cidades brasileiras, sobretudo as áreas metropolitanas do país, é repleta de desigualdades segundo dados do IBGE no ano 2000 o Brasil possuía 16.433 favelas, com um crescimento anual de 3% ao ano, seguindo a projeção em 2010 temos cerca de 22.000 favelas. Essa previsão já é confirmada na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro que possui um banco de dados municipal para monitoramento das favelas.

Em São Paulo, no ano 2000, de acordo com o IBGE, existiam 612 favelas. No ano de 2009, a (SEHAB-SP) registrou 1636 favelas. Já na cidade do Rio de Janeiro,

conforme dados do IBGE, no ano 2000 a cidade possuía 513 favelas em 2010, esse numero já ultrapassou 980 favelas. Em Salvador a terceira maior cidade do País, não existe um cadastro oficial de favelas, mas conforme a CODESAL (2010), o número de áreas de risco na cidade é de 540 pontos de riscos, isso nos dá uma idéia do numero de favelas em Salvador, já que as áreas de risco referem-se às ocupações por moradias irregulares em encostas e ou áreas de inundação.

Do ponto de vista da morfologia urbana as favelas refletem uma condição de segregação residencial que remonta ao inicio da urbanização brasileira já que em todas as grandes cidades do país as favelas sempre estiveram presentes em sua formação territorial como é o caso da Favela do morro da Babilônia no Rio de Janeiro, que teve sua origem por volta de 1907. No mesmo período, a Prefeitura do Rio havia baixado um decreto municipal que proibia a construção e ou permanência de moradores nos cortiços da cidade isso fez com que as encostas dos morros se transformassem em um novo lugar de moradia para uma grande parcela da sociedade carioca.



Figura 1 - Forma urbana e desigualdades sócioespaciais Favela Babilônia– Copacabana Rio de Janeiro -2010
Fonte: elaborado pelo autor 03/2011

O que se observa no Rio de Janeiro é uma tendência da organização sócioespacial do território expressar diferenças étnicas, socioeconômicas e culturais

formando unidades de vizinhança que agrupam domicílios com características particulares.

A intensidade desse processo de diferenciação intra-urbana é marcada pelas altas taxas de concentração habitacional nas favelas, formando grandes aglomerados nas encostas como é o caso do morro da Babilônia e mais outras centenas de ocupações nos morros da cidade. Constata-se no mapa da figura 1, que o tipo de moradia no Morro da Babilônia, segue um padrão de rupturas marcado pelas irregularidades e deficiências das construções das casas ao passo que na porção formal do território, a morfologia segue a lógica do ordenamento territorial e com isso uma hipervaloração dos espaços de moradia e dos espaços de usos coletivos como é o caso da praia de Copacabana, transformando se em espaços de consumo e por consequência espaços de segregação.

Em São Paulo essa hipervaloração do espaço (Ver mapa da figura 2) também pode ser verificada com a análise das desigualdades socioespaciais entre o Bairro Morumbi e a Favela Paraisópolis

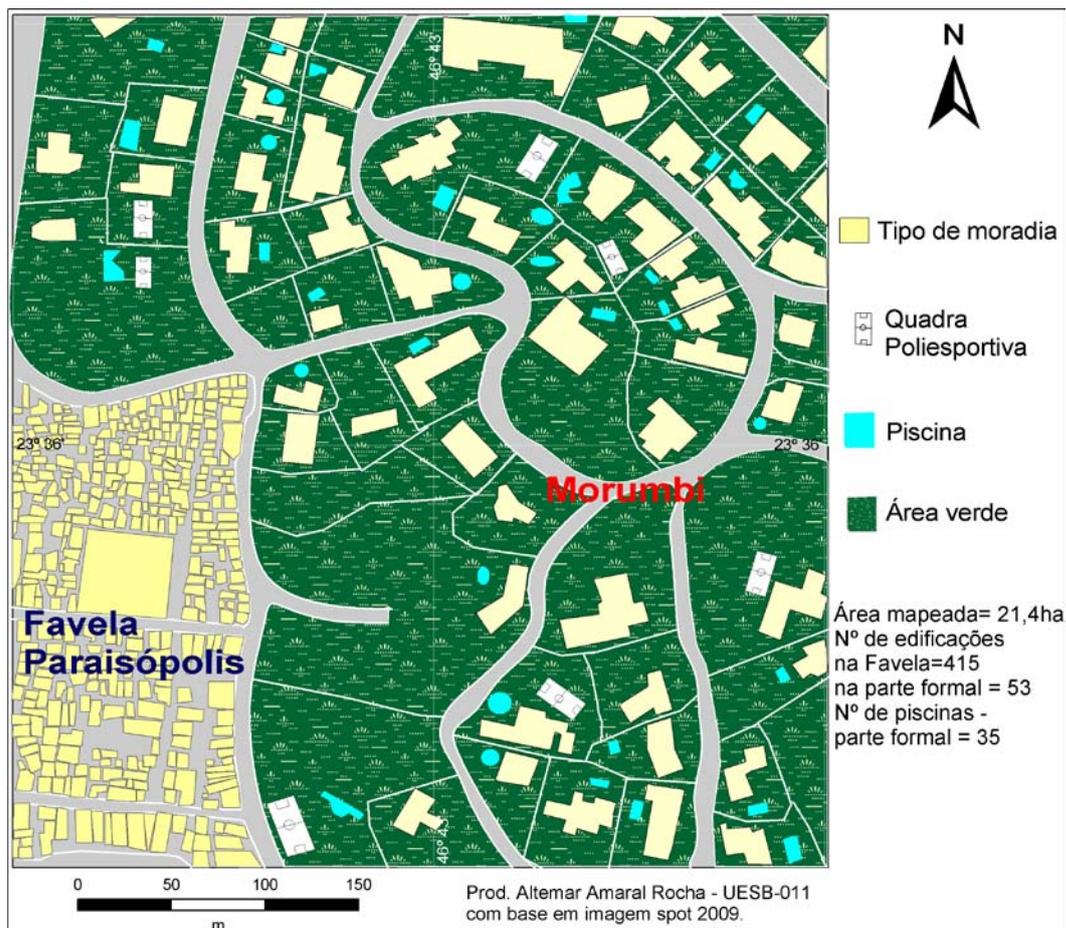


Figura 2 - Forma urbana e desigualdades sócioespaciais - Favela Paraisópolis – Morumbi – São Paulo – 2010
Fonte: elaborado pelo autor 03/2011

Enquanto o Bairro Morumbi representa um dos mais altos níveis de valorização imobiliária, as moradias da Favela Paraisópolis não representam atratividade para o circuito produtivo (do ponto de vista formal), mas com o processo de reestruturação espacial da favela começa a ser cobiçada por inúmeros mecanismos de valorização. Ela aparece enquanto resistência a tendência da sobreposição do valor-de-troca sobre o valor-de-uso.

Em Salvador-BA as desigualdades sócioespaciais também são marcantes em todos os cantos da cidade. Uma dessas marcas da cidade é disparidade entre bairros de classe alta e ocupações (favelas) que formam espaços unívocos, mas ao mesmo tempo segregado, ocupando a mesma porção territorial com territorialidades distintas. É o caso da favela Calabar e o Bairro de Ondina (ver mapa da figura 3).

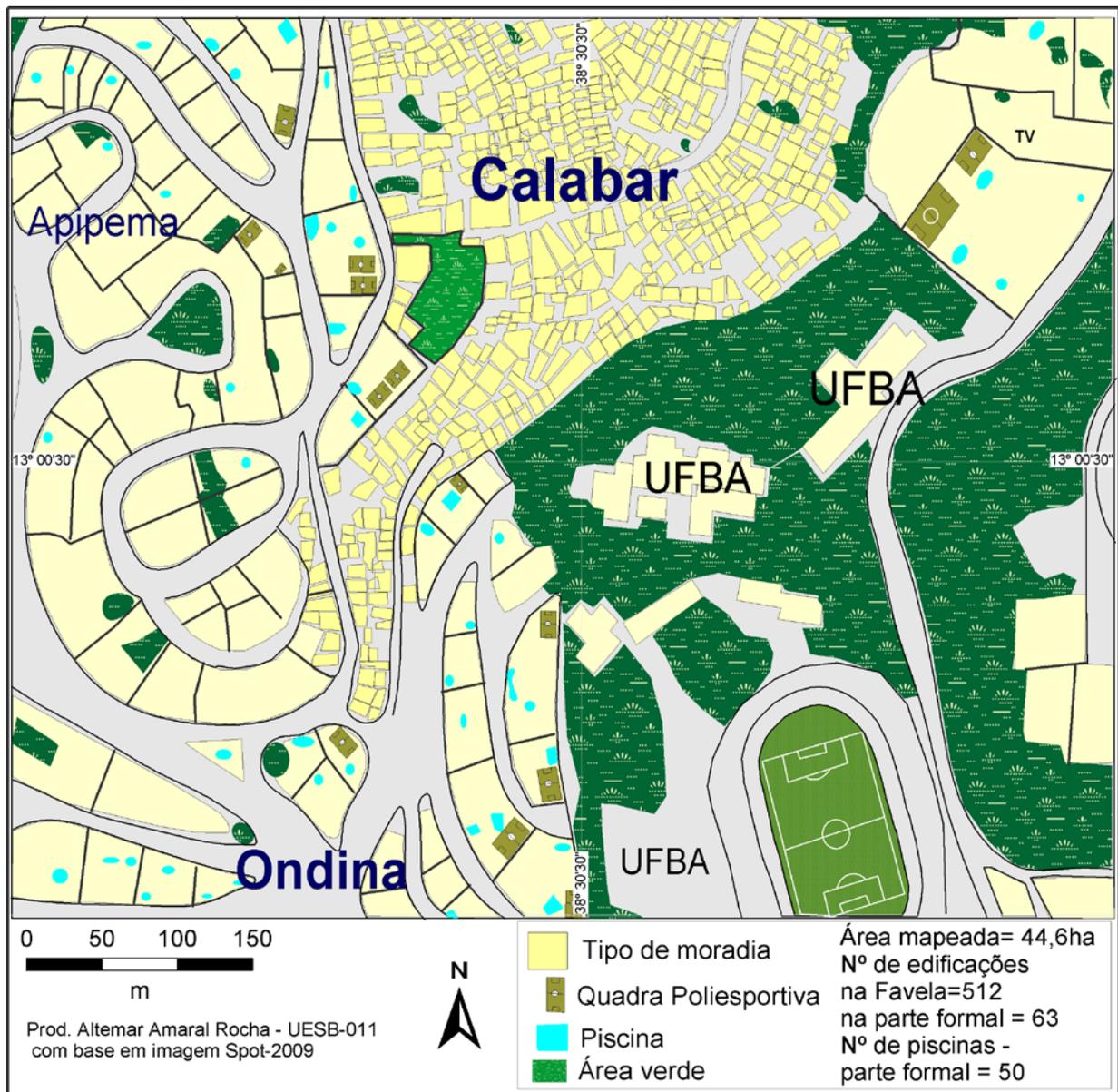


Figura 3 - Forma urbana e desigualdades socioespaciais: Favela Calabar – Ondina – Salvador- BA – 2010

Fonte: elaborado pelo autor 03/2011

Calabar em Salvador, Morro da Babilônia no Rio de Janeiro e Paraisópolis em São Paulo são exemplos da situação habitacional no Brasil, que possui uma maior concentração urbana nas regiões metropolitanas onde a morfologia urbana é marcada pelas desigualdades socioespaciais com um crescimento da população favelada a cada ano, os filhos saem da casa dos pais para ir morar em outro barraco, em outra invasão e as famílias não conseguem sair do ciclo da submoradia.

Segundo Maricato (2002), 80% dos moradores de favelas no Brasil, estão nas regiões metropolitanas. Isso evidencia toda a contradição existente no processo produção do espaço urbano, pois o desenvolvimento industrial e econômico do país é maior justamente nessas regiões e na medida em que ocorre o crescimento econômico inversamente ocorre o aumento das desigualdades sociais, sobretudo quanto ao aspecto da moradia. Esses processos de desigualdades no Brasil são gerados por processos macro-sociais e espaciais onde as organizações sociais dos territórios das metrópoles passaram pela experiência da industrialização acelerada e ao mesmo tempo não houve planejamento, tão pouco políticas territoriais que freassem a lógica da concentração da renda em detrimento da favelização das moradias de grande parcela da população.

Constata-se que a morfologia sócioespacial das cidades brasileiras é marcada por padrões e graus de segregação residencial semelhantes, moldados pelos processos de mobilidade sociais ascendentes e descendentes, evidenciando contradições e dificultando a interpretação de novas tendências de organização do espaço social das metrópoles decorrentes das macrotransformações no tempo e no espaço.

No caso das cidades médias essa tendência de desigualdades sócioespaciais também é verificada, pois na medida em que a cidade expande-se, aumenta a percepção das desigualdades sócioespaciais. Sposito (2003) afirma que o destaque às especificidades das formas de produção, consumo e apropriação do espaço em cidades médias deve ser objeto de estudo, em função da necessidade de se conhecer melhor a realidade urbana dessas cidades confrontando as com a realidade metropolitana.

A análise da estruturação ou reestruturação das cidades médias em contraposição às regiões metropolitanas a meu ver ocorre pelas diferenças estruturais que existe nas formas de produção do espaço urbano, para Sposito (2004), as relações entre os interesses fundiários e imobiliários permeadas pela atuação do poder público

têm orientado no âmbito de nossa formação sócioespacial, as ações que geram a (re) produção ampliada do espaço urbano.

No caso de Vitória da Conquista-BA, essa reprodução ampliada do capital, pode ser facilmente detectada, uma forma de verificar tais desigualdades socioespaciais é a lógica de distribuição da renda. Conforme dados do IPEA, (2003), a cidade de Vitória da Conquista possuía 60,89% da população economicamente ativa com rendimentos de até 1 salário mínimo, em 2009, este índice foi de 59% o que evidencia uma alta taxa de concentração da renda e uma retroalimentação da pobreza que incidem diretamente na morfologia urbana da cidade constata Rocha (2011), ao analisar as contradições socioespaciais e a espacialidade urbana da cidade de Vitória da Conquista-BA.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho permeou o empenho em constatar tipos de segregação residencial das cidades brasileiras, sobretudo os tipos de segregação cuja dinâmica territorial tem efeitos sobre a convivência social e pode colocar bloqueios à construção de projetos coletivos no plano das cidades e da sociedade.

Nesse sentido, o ponto de partida foi a territorialidade das desigualdades que marcam profundamente a morfologia urbana das metrópoles e demais cidades do Brasil, o que importa nessa análise é a forma como se materializa os diversos tipos de segregação que cerceia uma grande parcela da sociedade brasileira, resultando em novas características da pobreza relacionadas com o impacto da crise do mundo do trabalho sobre os segmentos com baixa qualificação profissional, incidindo na lógica da produção do espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, IPEA 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 03/04/2007.

BAUDRILLARD, J. A sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Edusp, 1993.

BOTELHO, A. urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas praticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

CAPEL, H. Capitalismo y morfologia urbana en España. IN: Cruz F. (2009) A Disneyficação dos Espaços Urbanos. XIV SEMINARIO ACADEMICO-APEC, 2009. Barcelona – Espanha: ISBN: 978-84-613-0491-2

CAPEL, H. La morfología de las ciudades. I Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARLOS, A.F. A. O espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2004.

GUIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. Ano V, N° 16. São Paulo: *Espaço & Debates*, 1985

HAESBAERT, R. Desterritorialização: *entre as redes e os aglomerados de exclusão*. IN: Castro I.E. de, Gomes P.C.C. & Corrêa, R.L. Geografia Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O direito a cidade. Trad. **Fernando Alves Gomes** In: Fórum Social Mundial-Tenda Reforma urbana, Belém (2009). *Actionaid* Rio de Janeiro: FSM/FNRU2009. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/David_harvey_conferencia.pdf> .

LEFEBVRE, H. Lógica formal / lógica dialética. São Paulo: Civilização brasileira, 1995.

_____. O Direito à Cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

LOJKINE, J. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. Brasil, cidades: *alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

ROCHA, Altemar Amaral. Sociedade & Natureza: A produção do espaço urbano em bacias hidrográficas, Vitória da Conquista, Edições UESB, 2011.

SANTOS, M. & Silveira, M.L. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI, Rio de Janeiro: Record 2002.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: 6ª Ed. Edusp 2008.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPÓSITO, M. E. B. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. IN: Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

SPOSITO, M. E. B. *O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. UNESP, 2004.